

N.º: Gp595-X
 P.º: 36.02.08
 Data: 7.05.2014

*Man. e ADP do
 Deputados do
 Governo.
 7/05/2014*

Exma. Senhora
 Presidente da Assembleia Legislativa
 da Região Autónoma dos Açores
 9901-858 Horta

Requerimento

Pedido de urgência e dispensa de exame em comissão

Os Deputados do Grupo Parlamentar do CDS-PP, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, requerem o processo de urgência e dispensa de exame em comissão para o Projeto de Resolução **"Recomenda ao Governo Regional que proceda às alterações e transferências orçamentais necessárias para dotar os Hospitais E.P.E. e as unidades de saúde do Serviço Regional de Saúde dos meios de pagamento indispensáveis à regularização dos pagamentos em atraso aos seus fornecedores"**.

O Requerimento baseia-se no facto de a implementação do objeto da Resolução requerer tramitação urgente para que os destinatários da medida dela possam beneficiar com a máxima rapidez, requerendo, por isso, uma ação imediata para, merecendo aprovação, poder produzir efeitos o mais rapidamente possível.

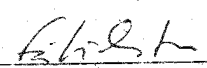
Com os melhores cumprimentos

Os Deputados,


 Artur Lima


 Félix Rodrigues

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES	
ARQUIVO	
Entrada 1392	Proc. n.º 109
Data: 01/05/14	N.º 691X

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES	
Ana Espingola	
Título: <u>Projeto de Resolução</u>	
Ass. <u>Recomenda ao Gov. Reg. que proceda às alterações e transferências orçamentais necessárias para dotar os Hospitais E.P.E. e as unidades de saúde do Serviço Reg. de Saúde dos meios de pagamento indispensáveis à regularização dos pagamentos em atraso aos seus fornecedores</u>	
Entrada n.º	01/05/14
Arquivo n.º	109 691X
O Responsável:	
	

N.º: Gp594-X
Proc.º: 36.02.08
Data: 07.05.2014

Projeto de Resolução

Recomenda ao Governo Regional que proceda às alterações e transferências orçamentais necessárias para dotar os Hospitais E.P.E. e as unidades de saúde do Serviço Regional de Saúde dos meios de pagamento indispensáveis à regularização dos pagamentos em atraso aos seus fornecedores

A Administração Regional e as entidades por si detidas e tuteladas, como pessoas de bem, deverão manter um desejável e elevado nível de credibilidade nas suas relações negociais e comerciais com os diferentes agentes económicos da Região.

Numa economia frágil, fortemente abalada por uma crise económico-financeira de características externas e internas, e com um tecido empresarial altamente dependente da Administração Regional, que se assume, grosso modo, como o maior cliente das empresas privadas regionais, pelo que todos os seus comportamentos influenciam decisivamente todos os sectores e afectam sobremaneira a respectiva rentabilidade dos privados.

Os problemas associados ao sub-financiamento sistemático dos serviços de saúde e a política de endividamento seguida pelos sucessivos Governos Regionais dos Açores, sempre foram tema forte de debate político e sempre foram um revés na sustentabilidade e rentabilidade das empresas privadas vocacionadas para abastecer os serviços de saúde na Região.

Lembremos o saneamento financeiro da República promovido pelo Governo do Eng.º António Guterres; lembremos a criação da SAUDAÇOR ou dos Hospitais E.P.E. para resolver os problemas financeiros do sector, sem os sucessos pretendidos.

Actualmente, a situação financeira dos serviços de saúde é gravosa e está a promover uma nova onda de descrédito na Administração Pública. Tomemos por exemplo o Hospital de Santo Espírito da Ilha Terceira que só a fornecedores de material clínico e medicamentos deve mais de seis milhões de euros, não pagando os encargos assumidos com os fornecedores de serviços de limpeza, alimentação e segurança há mais de um ano.

Somando o passivo financeiro em material clínico e outros serviços e os encargos assumidos com os endividamentos bancários da SAUDAÇOR e dos Hospitais E.P.E. e com a Parceria Público-Privada do Hospital da Terceira, o sector tem uma dívida superior a mil milhões de euros.

É inadmissível que os serviços de saúde do Governo Regional sejam devedores de tanto dinheiro. Ademais, neste tempo de acentuada crise, é por mão do Governo Regional que se estão a criar dificuldades de estrangulamento às empresas privadas, colocando em perigo centenas de postos de trabalho e, pior, atentado contra a saúde dos doentes que não estão a receber os cuidados de saúde com a qualidade a que têm direito.

Assim, o CDS-PP, nos termos da alínea d) do n.º 1 do art.º 31.º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores e do art.º 145.º do Regimento, propõe que a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores aprove a seguinte Resolução:

A Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores recomenda ao Governo Regional que proceda de imediato às alterações e transferências orçamentais necessárias para dotar os Hospitais E.P.E. e as unidades de saúde do Serviço Regional de Saúde dos meios de pagamento indispensáveis à regularização dos pagamentos em atraso aos seus fornecedores.

Os Deputados,



Artur Lima



Félix Rodrigues



Ana Espínola